

QUADRO ESQUEMÁTICO PARA MEMORIZAÇÃO**Embargos de Declaração**

- Não é recurso. Trata-se de um remédio processual cujo objetivo é o aperfeiçoamento da decisão.
- Cabe contra qualquer decisão, seja proferida por juiz monocrático (sentença de primeiro grau), seja decisão proferida pelo tribunal (acórdão).
- Não estão ligados ao inconformismo da parte.
- São cabíveis quando houver na sentença ou no acórdão obscuridade ou contradição ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.
- São julgados pela mesma autoridade que proferiu a decisão embargada.
- Não se confunde com erro material, pois este não preclui e deve ser feito por simples requerimento (art. 463, I).
- A sua oposição não impede que depois seja interposto outro recurso com efeito modificativo.
- Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos. No caso da lei 9.099 eles suspendem.
- Obscuridade → aquilo que não é compreensível, que não é claro.
- Contradição → a decisão contém trechos contraditórios entre si.
- Omissão → É deixar de examinar um ponto relevante.
- Não visa a reforma da decisão, No entanto, será inevitável alguma alteração no conteúdo do julgado. O que, todavia, se impõe ao julgamento dos embargos de declaração é que NÃO se proceda a um novo julgamento da causa, pois a tanto não se destina esse remédio recursal.
- Podem ser opostos tanto pela parte vencida quando pela parte vencedora.
- O interesse é o aperfeiçoamento da decisão. A decisão que será proferida terá a mesma natureza jurídica da anterior, ou seja, é uma extensão da sentença.
- Deverão ser opostos no prazo de 5 dias.
- Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL (ROC)

<ul style="list-style-type: none"> • Conhecido como recurso ordinário constitucional. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Foi criado pela Constituição de 1988 e posteriormente incorporado ao CPC no artigo 539. 	
<ul style="list-style-type: none"> • O ROC é um recurso que faz o papel do recurso de apelação. A diferença está no órgão julgador, que no caso do ROC é o tribunal superior (STF ou STJ). 	
<ul style="list-style-type: none"> • O ROC só é cabível nas hipóteses expressamente prevista em lei. 	
<ul style="list-style-type: none"> • O ROC é uma exceção à regra sistemática, pois concede uma hipótese de duplo grau de jurisdição, pois em regra as decisões de única instância não comportam recurso. 	
Serão julgados em recurso ordinário	
I - Pelo STF	II - Pelo STJ
<ul style="list-style-type: none"> • mandado de segurança; • Habeas-data; • Mandado de injunção; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os mandados de segurança decididos em única instância pelos TRF ou pelos Tribunais dos Estados, DF e Territórios, quando denegatória a decisão.
decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.	<ul style="list-style-type: none"> • As causas em que forem partes Estado Estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos ordinários processam-se segundo o rito comum de apelação e agravo de instrumento, inclusive no que diz respeito aos requisitos de admissibilidade (art. 540) 	
<ul style="list-style-type: none"> • No que tange a legitimidade, apenas o autor a possui, tendo em vista que o inciso I e II, “a” do artigo 539 a decisão é denegatória, logo apenas o autor pode se utilizar deste recurso. 	
Não cabe ROC na forma adesiva.	
<p>Efeitos do ROC:</p> <p>Por ter conteúdo de apelação tem os mesmos efeitos (art. 540).</p> <p><u>Impeditivo</u> → impede o trânsito em julgado da sentença recorrida;</p> <p><u>Dilatatório</u> → Possibilita um maior número de atos processuais.</p> <p><u>Suspensivo pleno</u> → em regra, salvo nas hipóteses do artigo 520 do CPC.</p> <p><u>Devolutivo imediato</u> → Devolução ampla por haver questões de fato e de direito. O efeito devolutivo é delimitado pelos limites objetivos e subjetivos:</p> <p><u>Objetivo</u>: Definido em extensão pela matéria impugnada pelo recorrente e profundidade que corresponde ao que o tribunal poderá utilizar para julgar novamente. Os artigos 515 ao 517 estabelecem essa profundidade.</p> <p><u>Subjetivo</u> → atinge o apelante para melhorar ou manter sua posição na sentença: vedada a “<i>reformatio in pejus</i>”. Corresponde a pessoa que recorreu não podendo o recurso beneficiar quem não recorreu nem prejudicar quem recorreu.</p>	

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Cabimento:

- a) contrariar dispositivo da Constituição.
- b) Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- c) Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- d) Julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Requisitos de Cabimento:

- a) Decisões de única ou última instância e que não caiba qualquer outro recurso.
- b) Somente matérias de direito.
- c) A questão de direito deve estar prevista na CF.
- d) Necessidade de prequestionamento implícito.
- e) Repercussão Geral

Legitimidade: comum ordinária ou seja parte vencida, terceiro prejudicado e MP.

Interesse recursal é subjetivo daquele que recorre. O recurso deve ser útil de necessário. O objetivo é a reforma ou anulação da decisão recorrida.

São interpostos no prazo de 15 dias.

Não são dotados de efeito suspensivo, mas pode obter esse efeito por um sucedâneo recursal que é a medida cautelar.

Exige-se preparo.

Admite-se a forma adesiva

Repercussão Geral → O recorrente deverá demonstrar repercussão geral. A repercussão geral só pode ser examinada pelo STF. O relator ao receber o recurso extraordinário irá examinar a presença da repercussão geral. Se ele se convencer de que está presente a repercussão geral, ele levará a questão a julgamento na sua turma. Se a turma decidir por 4 votos a favor da repercussão geral, lavra-se um acórdão e tem-se por admitida a RG. Neste caso, será dispensado o julgamento pelo pleno do STF. E posteriormente, esse mesmo relator levará a julgamento o recurso extraordinário.

Admite a figura do amicus curiae.

Recursos repetitivos → havendo diversos recursos extraordinários que tratam da mesma controvérsia, deverá o tribunal local selecionar um ou mais recursos que a representem para encaminhá-los ao STF. Os demais ficarão sobrestados na origem até o pronunciamento definitivo do STF.

RECURSO ESPECIAL

Cabimento:

- a) Contrariar tratado ou lei federal ou negar-lhe a vigência.
- b) Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
- c) Der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (dissídio jurisprudencial).

Requisitos de Cabimento:

- a) Decisões de única ou última instância e que não caiba qualquer outro recurso.
- b) Somente matérias de direito.
- c) A questão de direito deve estar prevista na lei federal.
- d) Necessidade de prequestionamento expresse.

Legitimidade: comum ordinária ou seja parte vencida, terceiro prejudicado e MP.

Interesse recursal é subjetivo daquele que recorre. O recurso deve ser útil de necessário. O objetivo é a reforma ou anulação da decisão recorrida.

São interpostos no prazo de 15 dias.

Não são dotados de efeito suspensivo, mas pode obter esse efeito por um sucedâneo recursal que é a medida cautelar.

Exige-se preparo.

Admite-se a forma adesiva

Admite a figura do amicus curiae.

Recursos repetitivos → são disciplinados no artigo 543 C. Busca-se com isso evitar a enorme sucessão de decisões de questões iguais no tribunal.

AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA

É cabível se não for admitido o processamento do recurso extraordinário ou o recurso especial no juízo originário.

Deverá ser interposto no prazo de 10 dias.

O agravo é processado nos próprios autos.

Se forem negados seguimentos aos dois recursos o agravante deverá interpor um agravo para cada recurso não admitido.

Não tem efeito suspensivo.

Será dirigido à presidência do tribunal de origem.

Não há preparo nem custas.

É o único recurso dirigido ao órgão colegiado que é julgado monocraticamente pelo relator.

No STF e no STJ o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no regimento interno, podendo o relator:

- I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada;
- II - conhecer do agravo para:
 - a) negar-lhe provimento, se correta a decisão que não admitiu o recurso;
 - b) negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante no tribunal;
 - c) dar provimento ao recurso, se o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante no tribunal.

AGRAVO INTERNO

É chamado pelos tribunais de agravo regimental.
É cabível nos seguintes casos:
a) Inadmissão dos embargos infringentes (art. 532).
b) Inadmissão, pelo relator, na hipótese do artigo 545 (agravo contra decisão denegatória de Recurso especial e extraordinário).
c) Nos julgamentos pelo relator com base no artigo 557, §1º (se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior).
O agravo será julgado pela turma integrada pelo relator.
É cabível no prazo de 5 dias.
Não tem preparo.
É dirigido ao relator.
O artigo 557 prevê hipóteses em que são conferidos poderes especiais ao relator.
Se o relator der provimento ao agravo, ele será o relator do recurso especial e do extraordinário.

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

É um desdobramento do recurso especial e do recurso extraordinário.
Não é cabível nos tribunais inferiores, somente se admite no STF e STJ.
É cabível quando houver divergência dentro do mesmo tribunal.
Art. 546. É embargável a decisão da turma que:
I - em recurso especial, divergir do julgamento de outra turma, da seção ou do órgão especial;
II - em recurso extraordinário, divergir do julgamento da outra turma ou do plenário.
Parágrafo único. Observar-se-á, no recurso de embargos, o procedimento estabelecido no regimento interno.
Deverão ser interpostos no prazo de 15 dias.
Não tem efeito suspensivo.
Processam-se segundo o regimento interno do STF (arts. 330 a 336) e STJ (arts. 266 e 267).

MUITO BOA SORTE PARA TODOS NÓS!